



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM 1º TURNO

### PROJETO DE LEI N. 639/2023

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

#### 1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 639/2023, de autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo, que “Institui o Programa Mães de Anjo, que cria uma rede de proteção, respeito e cuidado às mães de natimorto e com óbito fetal nas unidades de saúde credenciadas no Sistema único de Saúde - SUS e da rede privada do município de Belo Horizonte.”

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nessa condição que passo a fundamentar o presente parecer.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa assegurar “o direito das parturientes de natimorto nas unidades de saúde credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS e da rede privada de saúde no município de Belo Horizonte áreas específicas de internação, quando disponíveis, em separado das demais parturientes.”

Como justificativa expõe que “*as maternidades públicas e privadas de Belo Horizonte precisam ter espaços separados para mães de natimortos ou com óbito fetal, diferente dos espaços reservados para as mulheres em trabalho de parto ou com recém-nascidos. Em Curitiba já existe a Lei da Perda Gestacional de autoria do vereador Denian Couto (Pode), trata-se de medida que vem sendo implementada em diversos locais no Brasil e no mundo. Precisamos garantir a dignidade da mulher que, diante da perda de um filho antes do nascimento não pode ser obrigada a ver outras mães com seus filhos ou mesmo em trabalho de parto. Trata-se de um momento de dor e luto, que pode desencadear diagnósticos de depressão. Por respeito, dignidade, cuidado e por proteção é preciso dar privacidade às mães em luto.*”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA 29/08/23  
HORA 10:49



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

*In casu*, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I da Constituição da República: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local.”

Com efeito, trata-se de assunto afeto à competência do Município uma vez que a proposição em questão visa dispor sobre o direito das parturientes de natimorto nas unidades de saúde do Município de Belo Horizonte.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).*

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)*

Destarte, pelo fato de o tema objeto do projeto de lei em análise não se encontrar expressamente contemplado entre aqueles a serem tratados por lei de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º da Constituição da República) ou do Governador do Estado de Minas (art. 66, III da Constituição Mineira) e, por simetria, do Prefeito, não há inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Por fim, quanto a matéria objeto do presente Projeto de Lei não identifique violação aos princípios e normas constitucionais.

De tal modo, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 639/2023.

### 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Vale esclarecer que o Projeto não traz em si uma obrigatoriedade, uma vez que estabelece em seu art. 1º que o direito estabelecido valerá para aquelas unidades que têm disponibilidade. Confira:

*Art. 1º É direito das parturientes de natimorto nas unidades de saúde credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS e da rede privada de saúde no município de Belo Horizonte áreas específicas de internação, **quando disponíveis**, em separado das demais parturientes.*

O projeto, portanto, reforça e deixa expressa tal possibilidade, além de estender o direito à parturiente de ter a presença de um acompanhante.

De mais a mais, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta quaisquer outras violações à legislação vigente sobre o tema.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 639/2023.

### 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 639/2023.

### 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 639/2023.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.

**FERNANDA PEREIRA** Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641 ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.08.29 10:47:56 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**RELATORA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM 1º TURNO PROJETO DE LEI N. 645/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### 1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 645/2023, de autoria do Vereador Cleiton Xavier, que “**Institui a Criação do Programa de Educação no Trânsito para serem **abordadas no contraturno nas escolas da rede municipal de Belo Horizonte.****”

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa autorizar “a criação do “PROGRAMA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO”, **na forma de tema transversal a serem abordados no contraturno** nas escolas da rede municipal e particular de ensino do município de Belo Horizonte.”.

Como justificativa, expõe que “*A sociedade brasileira, infelizmente, tem sido recordista no número de acidentes de trânsito, e com isso presenciado de vítimas com casos irreversíveis. No entanto, sabe-se que somente através da educação é que se poderá minimizar ou reverter esse quadro. Os meios de comunicação de forma geral, como a televisão, veiculam de forma informal, informações que abordam e tratam o tema. É preciso, portanto, tratarmos com mais eficácia e urgência que a violência de trânsito acontece e mata mais que armas, que por tantas vezes vem causando inúmeros malefícios à sociedade. As regras do trânsito não são apenas para os condutores, mas também para os demais figurantes, como pedestres e passageiros. Assim, o projeto em questão busca o direcionamento desses valores na formação de cidadãos mais plenos e na consolidação da paz no trânsito.*”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 04/09/23  
HORA: 13:34



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e, sobretudo, cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

*In casu*, inicialmente, o art. 171, inciso II, da Constituição Estadual de Minas Gerais permite ao município legislar sobre o tema: “Art. 171 - Ao Município compete legislar: II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado: c) educação, cultura, ensino e desporto”.

Porém, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, já decidiu no sentido de que *“a iniciativa para a propositura de lei que verse sobre matéria de cunho eminentemente administrativo, afeta ao juízo de discricionariedade da Administração, é privativa do Poder Executivo, sendo inconstitucional a lei proposta pelo Legislativo que trate sobre essas questões.”*

A referida decisão do Tribunal entende *“que a criação de mais um componente curricular, a ser cumprida pelas instituições de ensino é estabelecida pela União Federal, competindo ao município apenas esmiuçar sua aplicação, adaptando-a para as peculiaridades locais. A competência para regulamentar a aplicação da Lei Federal é do Poder Executivo, sob pena de ingerência indevida do Legislativo sobre o Executivo e violação ao princípio da*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*tripartição dos Poderes.”*

Nesse sentido é o entendimento consolidado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, senão vejamos:

**Relator (a):** Desembargadora Heloísa Combat.

**Órgão Julgador:** Órgão Especial

**Julgamento:** 26/03/2014

**EMENTA:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 10.422/12 DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – ESTABELECIMENTO DE DISCIPLINA A SER CUMPRIDA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS – COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO – COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO – VÍCIO DE NATUREZA FORMAL - INCONSTITUCIONALIDADE

Veja que o Projeto de Lei acaba por criar obrigações ao Poder Executivo, ao determinar realização de seminários, palestras, dinâmica de grupos, simpósios ou quaisquer outras formas de explanação, viola princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da CF).

É ponto pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, a qual se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. A seu turno, ao Poder Legislativo cabe, de forma primeva, a função de editar leis, ou seja, estabelecer atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Cumprе recordar o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, anotando que “a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante”. Sintetiza, ademais, que “todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art. 2º c/c o art. 31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário” (Direito municipal brasileiro, 15. ed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, páginas 708 a 712).



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sendo assim, verifica-se que padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, o Projeto de Lei que pretende acrescentar disciplina à matriz curricular, mesmo que no contraturno das escolas.

De tal modo, resta configurada a inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 645/2023.

### 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a esse ponto, verifica-se que o Projeto de Lei em tela está em desacordo com o ordenamento jurídico. A ilegalidade se dá em razão da criação de despesa sem a necessária previsão orçamentária que gera descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposição de lei em questão, ao incluir nova atividade escolar, acaba por sobrecarregar o erário sem a necessária previsão das fontes suficientes para suportar o impacto orçamentário-financeiro gerado, uma vez que será necessário ao Poder Público promover a contratação de profissionais com comprovada capacidade técnica para ministrar as aulas, bem como incorrer em custos extras para lecionar o tema.

Neste sentido, há evidente afronta aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

Sendo assim, verifica-se a ilegalidade do Projeto de Lei n. 645/2023.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com as exigências impostas pelo Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 645/2023.

## 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 645/2023.

Belo Horizonte, 4 de setembro de 2023.

**FERNANDA PEREIRA**  
**ALTOE:04519898641**  
**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**RELATORA**

Assinado de forma digital por FERNANDA  
PEREIRA ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.09.04 13:32:38 -03'00'



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 605/2023

#### VOTO DO RELATOR

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 605/2023 de autoria do nobre Vereador Cleiton Xavier, que "Dá o nome de Conceição Teixeira das Graças à Rua Sessenta e Oito, no Bairro Jardim Felicidade"

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

#### FUNDAMENTAÇÃO

##### 1) Preliminarmente

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dita, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos do retorno de diligência constante à fl. 18 dos autos do Projeto, verifica-se que não houve retorno do pedido. Foi solicitado prorrogação de prazo de comissão a fim de aguardar possível retorno de diligência de forma intempestiva, mas sem sucesso.

Não obstante, verifica-se que o nome proposto ao próprio público apresenta até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 30/08/23  
HORA 11:27



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em pesquisa realizada ao site <http://bhmap.pbh.gov.br/> da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, constata-se que o nome Conceição Teixeira das Graças não foi oficialmente outorgado a nenhum próprio público .

Na certidão de óbito presente á fl. 3 do auto do projeto, temos a informação de que a pessoa a ser homenageada faleceu em abril de 2023 .

### 2) Do aspecto jurídico

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

**Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.**

**§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.**

**§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.**

**Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.**

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

**Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173º, da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 605/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei 605/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No que se refere ao aspecto jurídico, temos que os Projetos de Lei devem ser analisados sob o prisma dos atributos da norma legal, da legalidade, da conformidade aos princípios jurídicos e da técnica legislativa.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 605/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

**Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:**

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

**Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.**

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 605/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 23 e 24, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei e também cumpre com o que dispõe o art. 17:

**Art. 23 - A outorga de nome oficial a próprio público e a passagem dar-se-á por lei, que deverá dispor sobre a identificação e a localização destes.**

**Art. 24 -O processo de outorga de nome oficial por lei a próprio público ou a passagem será instruído com:**

I - indicação do próprio público ou da passagem;

II - indicação do nome que se pretende outorgar;

III - relato explicativo sobre o nome indicado;

IV - informação sobre a identificação, a localização, a oficialização e a regularidade do próprio público ou sobre a caracterização como passagem;

V - informação sobre os nomes de bairro nos quais o próprio público ou a passagem se localizem;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## VI - códigos do Cadastro Técnico Municipal.

Art. 17 - O nome outorgado a próprio público e a passagem poderá apresentar até 3 (três) palavras, excetuadas as partículas gramaticais.

Art. 29 - É vedado modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 (dez) anos a próprio público, a passagem e a bairro, salvo em caso de duplicidade de nome ou do disposto no inciso II do art. 21 desta Lei.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não se aplica ao próprio público ou à passagem cuja denominação não seja nome de pessoa e em que não existam moradores.

Art. 30 - O próprio público e a passagem poderão ter seus nomes modificados por lei, observado o disposto no art. 29 desta Lei, nas seguintes hipóteses:

I - substituição integral por outro nome, por conveniência pública, para corrigir infração a esta Lei ou quando o nome oficial não tiver sido assimilado pela comunidade

II - alteração de parte de nome sem alterar sua essência, mediante inclusão ou supressão de palavra ou de partícula gramatical;

III- verificação de descumprimento do disposto nesta Lei;

IV - verificação de duplicidade.

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 605/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

Por técnica legislativa ou nos termos do Regimento Interno dessa casa, regimentalidade, entende-se como o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Temos que o PL 605/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Nestes termos, votamos pela **juridicidade** do Projeto de Lei 605/2023

### 3) Do mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor na justificativa do Projeto, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Conceição Teixeira das Graças.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 605/2023.

#### 4) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto, é pela **juridicidade e aprovação** do Projeto de Lei 605/2023.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2023

RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:4  
95318676  
15

Assinado de forma  
digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:4953186  
7615  
Dados: 2023.08.30  
11:25:07 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



PL Nº 626 / 23

**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**Para redação final**

Em 30 / 8 / 23

DA 426

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Inhan Melo para  
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 04 / 09 / 2023

[Assinatura]  
Presidente da comissão



## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 626/23

### Relatório

O Projeto de Lei nº 626/23, que “Dá a denominação de Doutor Emyr Soares à atual Rua do Mirante, no Bairro Mangabeiras”, de autoria do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo.

Foi suprimida do art. 3º a cláusula de revogação genérica “revogando-se as disposições em contrário”, em observância à Lei Complementar Federal nº 95/98, que determina, em seu art. 9º, que essa cláusula deve enumerar expressamente as disposições revogadas.

Essas adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 626/23.

Belo Horizonte, 04 / 09 / 2023

RELATOR





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|
|        |     |

## PROJETO DE LEI Nº 626/23

Dá o nome de Doutor Emyr Soares à Rua do Mirante, no Bairro Mangabeiras.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Doutor Emyr Soares a Rua do Mirante, código 079981, no Bairro Mangabeiras.

Art. 2º - Deverão ser tomadas providências para os efeitos práticos da alteração promovida por esta lei, com as devidas comunicações aos órgãos competentes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04/09/2023

RELATOR

|   |
|---|
| Avulsos distribuídos em<br>____/____/____                   |
| Aguardando emenda de<br>redação final até<br>____/____/____ |
| _____<br>DIVATO   |